

A educação popular como instrumento para a compreensão dos dilemas da atualidade

Helder Gomes¹, Merci Pereira Fardin², Elda Alvarenga³

Resumo

Este artigo, por meio do resgate da educação popular, analisa a possibilidade de difusão de conhecimentos sobre as crises que assolam o mundo na atualidade. Assim, evidencia-se a aproximação popular de temas complexos da realidade contemporânea. Além disso, o artigo problematiza as dificuldades de compreensão do atual momento de crises (econômica, socioambiental *etc.*) e das conseqüentes disputas internacionais que o contexto enseja. Ademais, identifica mutações na forma de intervenção pública, na medida em que muitos dos Estados Nacionais, ante ao momento crítico, passaram a subordinar as respectivas políticas internas às orientações das agências multilaterais de fomento, tal como o Banco Mundial. Por fim, conclui indicando o envolvimento dos estratos sociais mais atingidos pelas crises na retomada dos processos de ensino-aprendizagem com base nos princípios teórico-metodológicos da educação popular.

Palavras-chave

Educação popular. Crise. Capital. Meio ambiente.

¹ Doutor em Política Social pela Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil; pós-doutor pela mesma instituição. E-mail: helgomes@uol.com.br.

² Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil. E-mail: mercipfardin@yahoo.com.br.

³ Doutora em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil. E-mail: eldaalvarenga@uol.com.br.

Popular education as a tool for understanding current dilemmas

Helder Gomes¹, Merci Pereira Fardin² e Elda Alvarenga³

Abstract

This article, through the revival of popular education, analyzes the possibility of disseminating knowledge about the crises currently ravaging the world. Thus, it highlights the popular approach to complex issues of contemporary reality. In addition, the article problematizes the difficulties in understanding the current moment of crisis (economic, socio-environmental etc.) and the resulting international disputes that the context entails. Furthermore, it identifies changes in the form of public intervention, insofar as many nation states, faced with this critical moment, have begun to subordinate their internal policies to the guidelines of multilateral development agencies, such as the World Bank. Finally, it concludes by indicating the involvement of the social strata most affected by the crises in the resumption of teaching-learning processes based on the theoretical and methodological principles of popular education.

Keywords

Popular education. Crisis. Capital. Environment.

¹ PhD in Social Policy, Federal University of Espírito Santo, State of Espírito Santo, Brazil; postdoctoral degree from the same institution. Email: helgomes@uol.com.br.

² PhD in Geography, Federal University of Espírito Santo, State of Espírito Santo, Brazil. Email: mercipfardin@yahoo.com.br.

³ PhD in Education, Federal University of Espírito Santo, State of Espírito Santo, Brazil. Email: eldaalvarenga@uol.com.br.

Eu não tenho dúvidas em afirmar que é entre as formas novas de participação popular, nas brechas da luta política, que, hoje em dia, surgem as experiências mais inovadoras de educação no Brasil. Os professores tradicionais e os tecnocratas da pedagogia são cegos para elas, mas é ali que as propostas mais avançadas de educação e vida, educação na prática etc., são criadas e testadas (Brandão, 1992, p. 80).

Introdução

Este artigo, por meio do resgate da educação popular, procura contribuir para a reflexão sobre a possibilidade de difusão de conhecimentos sobre as crises que assolam o mundo na atualidade. Partimos da premissa de que é viável a aproximação popular de temas complexos de nossa realidade contemporânea, caso sejam quebrados os entraves metodológicos hierarquizados do ensino tradicional, fundado em um suposto monopólio do conhecimento científico e mantido por personalidades formalmente reconhecidas pelo mundo acadêmico. Os ensinamentos da pedagogia freiriana permitem afirmar, inclusive, que a difusão popular de conhecimentos científicos é um pressuposto fundamental nos processos de transformação social efetiva, culminando na defesa pelos arautos da conservação dos métodos baseados no domínio de quem supostamente ensina, transmitindo a aprendizes parcelas de seu conhecimento.

O conteúdo principal do texto está dividido em três partes. Assim, iniciamos debatendo as dificuldades de compreensão do atual momento de crises (econômica, socioambiental *etc.*) e das conseqüentes disputas internacionais que o contexto enseja, tamanha a sua complexidade e as divergentes escolhas por referenciais analíticos, segundo a conveniência de cada intérprete. Na sequência, procuramos identificar mutações na forma de intervenção pública, na medida em que muitos dos Estados Nacionais, ante ao momento crítico, subordinaram as respectivas políticas internas às orientações das agências multilaterais de fomento, tal como o Banco Mundial. Apresentamos, em um terceiro momento e amplamente, a possibilidade de debater esses temas envolvendo os estratos sociais mais atingidos pelas crises na retomada dos processos de ensino-aprendizagem, com base nos métodos da educação popular.

Como as crises e a acumulação violenta ameaçam a sustentabilidade do planeta

Interpretar relações humanas ao mesmo tempo em que elas se desenvolvem e se expressam por meio de imagens em tempo real não tem sido fácil. Vivemos um momento crítico nas formulações acerca do que, efetivamente, está ocorrendo no mundo contemporâneo ante à justaposição de fenômenos complexos, tais como o acirramento das disputas comerciais, a

ameaça da escalada de guerras e as projeções de colapso climático global. Um recurso que nos parece bastante útil nesses momentos tem sido voltar aos ensinamentos clássicos, que auxiliam tanto teórica quanto historicamente, no exercício de compreender melhor o presente.

Recuando no tempo, percebemos que a intensificação recente das disputas geopolíticas tem origem num contexto marcado pela revolução do aço e do petróleo, na virada para o século 20. Quando foi escrito o famoso *Imperialismo: etapa superior do capitalismo* (Lênin, 2011), o mundo inaugurava uma era de guerras permanentes, envolvendo, entre outras motivações, a busca das grandes potências pela *dominação total* sobre as fontes de minerais estratégicos para a grande indústria oligopolizada, via cartéis e trustes que se espalhavam por todo o globo. É importante notar que, naquela fase incipiente, era possível observar relações que se consolidariam ao longo do tempo e que marcam as disputas geopolíticas no mundo contemporâneo.

Os monopólios conduziram ao controle, cada vez maior, das mais importantes fontes de matérias-primas, particularmente para a indústria fundamental e mais cartelizada da sociedade capitalista: a hulhífera e a siderúrgica. A posse monopolista das fontes mais importantes de matérias-primas aumentou enormemente o poderio do grande capital e agudizou as contradições entre a indústria cartelizada e a não cartelizada (Lênin, 2011, p. 264).

Em artigo recente, Prabhat Patnaik (2025) nos lembra que a revolução industrial teve origem na região ocidental da Europa, em que não havia condições objetivas de autossuficiência de matérias-primas essenciais. Eis aí, portanto, uma marca estrutural para a existência do capitalismo: o controle da extração do patrimônio natural em territórios alheios a serem conquistados pelas grandes potências. Esse processo se assemelha ao Antigo Regime Colonial, bem como à era neocolonial da partilha da África e da Ásia e, também, nos processos formais de sua independência:

Não é surpreendente que a luta realmente intensa lançada pelos países capitalistas avançados contra os países do Sul global tenha ocorrido quando estes, após sua descolonização política, buscaram alcançar a descolonização econômica através da aquisição do controle sobre seus recursos naturais, incluindo suas riquezas minerais. Os golpes de Estado engendrados pelo imperialismo contra Mossadegh no Irão, Arbenz na Guatemala, Allende no Chile e Lumumba no Congo estavam ligados aos planos desses líderes de adquirir o controle sobre os recursos naturais dos seus respectivos países, incluindo, na maioria dos casos, a riqueza mineral (Patnaik, 2025, n.p.).

É preciso resgatar esses processos históricos para ficar nítido que, se a gênese do capitalismo pressupôs sua globalização envolvente e colonizadora, desde os tempos das caravelas, seu desenvolvimento posterior exigiu formas mais sofisticadas de hierarquização internacional, com a criação de múltiplas formas de acumulação.

Lênin (2011) já observava movimentos interessantes na qualificação do que se apresentava como um novo estágio de evolução capitalista. Desde então, foi possível perceber a conjugação de cinco fenômenos simultâneos: 1) a oligopolização dos mercados após uma grande centralização de capitais por meio da formação de grandes trustes; 2) a fusão do capital produtivo com o capital bancário, criando uma oligarquia especulativa parasitária, que o autor qualificava como o extrato social dos “cortadores de cupons”; 3) o controle da integração entre meios de produção e meios de consumo, em escala global, por meio da exportação de capital; 4) a formação de acordos concorrenciais, por meio da formação de cartéis, que cuidaram da partilha entre si dos mercados internacionais; 5) a partilha territorial do mundo entre as principais potências capitalistas, motivando as guerras de conquista.

A fusão do capital bancário com o capital produtivo criou a oportunidade de separação definitiva entre a gestão e a propriedade do capital, por meio da formação das Sociedades Anônimas (S.A.), quando o capital acionário começou a contratar gerentes executivos para cuidar do cotidiano operacional de megaempresas multinacionais. Essa separação propiciou a criação de alçadas de decisão no interior de cada um desses conglomerados, que espalharam suas filiais por todo o globo e, assim, criaram uma hierarquia internacional de domínio e subordinação, a partir do controle da extração de excedentes orientados para as matrizes sediadas nas grandes potências imperialistas.

Por seu turno, desde os primórdios da Segunda Revolução Industrial, ocorreu uma intensa separação entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, a partir da contratação de equipes técnicas especializadas em processos de inovação tecnológica, tornando o segredo industrial, ou comercial, numa arma fundamental nas relações de concorrência e, ao mesmo tempo, limitando o operariado industrial a tarefas repetitivas.

Assim, na medida em que as relações do capital evoluíam tecnologicamente, as disputas concorrenciais também se sofisticavam, indo desde a quebra de patentes e a espionagem industrial, ao ápice das guerras de conquista e da busca violenta por acesso a fontes de matérias-primas estratégicas, cada vez mais diversificadas, em relação à aurora do capitalismo.

Desde Marx (2013), sabemos que a corrida tecnológica é a base da concorrência pela apropriação de mais-valia extra. A busca por diferencial de produtividade, via inovações no processo produtivo, é motivada pela possibilidade da empresa inovadora se apropriar de uma

parcela do excedente produzido nas empresas concorrentes, quando seus produtos são colocados à venda por um valor médio de mercado. A generalização da corrida tecnológica pelas grandes empresas leva ao aumento da composição orgânica do capital e, conseqüentemente, resulta na tendência à queda da taxa geral de lucros, provocando, assim, as crises de superprodução de capital.

Essas contradições embasaram o argumento de Lênin e o levaram a concluir que “de tudo o que dissemos sobre a essência econômica do imperialismo deduz-se que se deve qualificá-lo de capitalismo de transição ou, mais propriamente, de capitalismo agonizante” (Lênin, 2011, p. 268).

As dificuldades de a Europa acompanhar a corrida tecnológica em curso, aliadas à sua histórica dependência do fornecimento externo de matérias-primas estratégicas, têm sido uma demonstração do acirramento dessas contradições, ou seja, uma nítida manifestação da decomposição do capitalismo nos países europeus. Assim, o desespero motiva as potências europeias a uma corrida tecnológica, via indústria bélica, aprofundando o estado de guerra permanente.

A ascensão de governos conservadores, na Europa e nos Estados Unidos, dá o tom da gravidade do momento. Ante o manifesto desesperador nas grandes potências, novos arranjos de defesa do Sul Global procuram se contrapor, apresentando algumas alternativas. Contudo, suas organizações são fartamente contestadas e ameaçadas:

Mas com a ordem neoliberal entrando em crise e a tentativa do imperialismo norte-americano de enfrentar essa crise impondo a outros países uma política unilateral de “empobrecer o vizinho”, especialmente os do Sul global, as coisas começam a mudar. A resistência anti-imperialista destes países se tornará mais forte nesta nova situação; e a sua luta pela recuperação do controle sobre seus recursos naturais, incluindo minerais, se tornará mais poderosa nos próximos tempos. A crise do capitalismo torna assim o imperialismo mais vulnerável e, portanto, ainda mais cruel (Patnaik, 2025, n.p.).

Se concordamos com o exposto até aqui, não há motivos para nos mantermos sob orientação do argumento de que o atual momento de crises, a ameaçar a sustentabilidade ambiental do planeta, seria resultado da ação predatória de um ser humano genérico, ou, em outros termos, da dominação antrópica sobre a natureza, como parece ser o que defende a tese do *Antropoceno*. Por quê? Por não se tratar apenas de uma crise ecológica estrito senso.

Vivemos a era do desespero, na qual as ideologias liberal e neoliberal, por si, não conseguem mais legitimar a ordem do capital ante ao número crescente de pessoas em situação

de rua nas principais metrópoles do mundo. Assim, recorre-se aos regimes mais autoritários e excludentes, inclusive nos países europeus, onde, até recentemente, sua gente *civilizada* experimentava as políticas compensatórias do Estado de Bem-Estar Social.

Com a posição que ocupam as forças conservadoras, em vários países, a ordem é “passar a boiada”, como fica cada vez mais explicitado nos movimentos conservadores no Brasil e na Argentina, entre outros países da América Latina. A crise capitalista impõe a retomada da grilagem de terras urbanas e rurais, com a finalidade de maior exploração de minerais metálicos e energéticos, assim como a expansão do agronegócio predador, exigindo a desregulação do pouco que resta das normas de proteção ambiental.

Desse modo, não podemos aceitar o argumento que procura culpabilizar a humanidade de forma generalizada, especialmente pela flagrante ameaça de um colapso ambiental no planeta. Sua difusão como verdade absoluta esconde o momento desesperador em que se movem as imposições do grande capital em crise, além de manifestar-se na repressão policial e paramilitar, que avança sobre a destruição das comunidades originárias e tradicionais em nossos países, ao mesmo tempo em que promove a violência e o genocídio de parte significativa das pessoas segregadas nas favelas urbanas, em todo o mundo.

No atual contexto, perguntas e respostas precisam de alguma requalificação. Responder à indagação sobre os motivos das crises geopolíticas da atualidade, que ameaçam o mundo com novas ondas de guerras, em larga escala, exige perceber onde estão localizadas as fontes de energia fósseis restantes e, também, as jazidas de terras raras, que estão na base das disputas pelo controle das alterações nas matrizes energéticas e das tecnologias digitais em curso.

Além disso, questionam-se quais efeitos climáticos e geopolíticos teria a exploração de combustíveis fósseis em determinadas regiões do planeta nas quais as atividades econômicas ainda não avançaram, tal como o Círculo Ártico, considerando as projeções existentes sobre o derretimento das geleiras polares. Da mesma forma, poderíamos perguntar sobre o que ocorreria no caso de intensificação de exploração das jazidas de terras raras e outras fontes minerais em regiões como a Groenlândia, por exemplo.

Ao mesmo tempo, é preciso identificar quais são as potências imperialistas que precisam de acesso a essas fontes de matérias-primas estratégicas, em busca de uma solução para a perda de sua capacidade tecnológica e de reprodução ampliada de seus respectivos parques industriais. Mais que isso, é preciso que nos atentemos para os sinais que estão se explicitando, cada vez mais, sobre onde pode chegar o capital organizado nessas grandes potências, com sua truculência, para alcançar seus objetivos de acumulação predadora.

As saídas apontadas pelo capital via agências multilaterais em crise para países como o Brasil

O Estado é apontado, muitas vezes, como sinônimo de poder. Embora essa afirmação possa parecer verdadeira, ela não revela o todo. O Estado é a forma que o capital dá à usurpação de qualidades propriamente humanas, ou seja, a organização do trabalho, a colaboração, a cooperação, a cultura, a construção de conhecimentos para a produção e a reprodução da vida social. Ele busca mediar o intercâmbio primário de relacionamento do ser humano com a natureza. Conforme nos mostra Virginia Fontes (2025), essas qualidades constituem o fundamento efetivo do poder e estão condensadas no ato do trabalho. Além disso, envolvem a relação do ser social com a natureza ao produzir coletivamente a substância e ser fonte de riqueza.

Dessa maneira, o fundamento efetivo do poder identifica-se com a sociabilidade do intercâmbio com a natureza, além de abranger a força coletiva, o conhecimento, as formas de persuasão e de transmissão, como a educação.

A crise do capital, que se estende por mais de 50 anos, tem nesse momento histórico sua identificação como diagnóstico das agências multilaterais. Configura-se, em geral, como uma identificação com uma crise do Estado, apontando medidas que visam alterações no seu papel como forma de superar os entraves à acumulação. Não se trata, indubitavelmente, daquilo que está anunciado como essencial – a usurpação de qualidades humanas por meio do domínio da sociedade –, mas, ao contrário, têm como objetivo aprofundar o processo de usurpação. Com isso, a reforma imposta aos Estados na década de 1990 e o receituário neoliberal, por meio das Agências Multilaterais, visavam transformações no sistema econômico global, em que a regulamentação da participação dos países no comércio mundial foram estruturadas em benefícios dos bancos internacionais e das corporações transnacionais, por meio de mecanismos que supervisionavam as políticas nacionais. Nesse contexto, o objetivo era garantir que os investimentos seguissem o processo de usurpação ao peso dos direitos fundamentais dos povos e da preservação da biodiversidade.

Dito de outra forma, durante a década de 1990, produziu-se uma autoridade internacional no entorno das agências multilaterais, com o objetivo de vigiar a política econômica dos países “em desenvolvimento”. A exigência da nova ordem mundial era para as agências multilaterais exercerem um controle sobre os governos dos países emergentes, exigindo a liberalização do comércio e o regime de investimentos estrangeiros, medidas que

serviram para fortalecer o controle sobre esses países e impor condicionantes na forma de acordos com novas regras a serem seguidas (Chossudovsky, 1999).

Diante desses fatos, percebemos um aumento do processo de subordinação dos Estados de países como o Brasil à economia das grandes potências imperialistas e a manutenção desqualificada do seu papel na divisão internacional do trabalho como país produtor de *commodities*.

Dessa maneira, a formulação de novas políticas ambientais surge paralela às iniciativas das carteiras de projetos das instituições multilaterais (Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, especialmente). Nos países subdesenvolvidos, constituem-se operações para apoiar o capital a conquistar mercados e ganhos específicos, em favor de empresas multinacionais, com a intermediação de atores políticos em nível nacional e subnacional ou territorial, organizados em associações empresariais. Muitos projetos dessas instituições precisam ser vistos frente à produção do espaço, no sentido de terem um regramento próprio para favorecer um grupo de investidores.

A execução de tais ordenamentos e a implantação desses projetos visam cada vez mais o controle sobre os lugares e espaços. Ou seja, o controle sobre a exploração se dá sem que haja uma participação dos Estados nacionais. Os Estados estão sobre uma subordinação cada vez mais direta. Para isso, as regras sobre a produção de excedentes estão diretamente vinculadas ao capital. Esse controle inclui, como viemos demonstrando, a subordinação do Estado aos interesses das corporações organizadas no corpo das agências multilaterais e a transformação de seus órgãos de atuação junto a políticas que poderiam produzir ordenamento territorial por meio da execução de políticas de meio ambiente, de política fundiária e de política agrícola sobre os recursos hídricos.

Ademais, embora não se restrinja às diferentes formas de gestão nacional e subnacional, como acontece nas reformas neoliberais, esse controle inclui a gestão formal para permitir acesso irrestrito a matérias-primas por parte de empresas estrangeiras, o que subjaz a nova política de recursos hídricos.

Esse processo é produto de uma subordinação ainda mais profunda do Estado brasileiro aos capitais internacionais, como algo promovido pelo êxito da globalização financeira, gerando aumento da indeterminação de suas políticas e a perda da soberania de seu patrimônio natural. Em outros termos, o capital impõe uma lógica unilateral de gestão do mundo como um mercado altamente desregulamentado, o que desmantela os contratos sociais nacionais sem que substitua outros de mesma projeção.

Tem-se, assim, como produto dessa subordinação, a imposição de políticas ambientais de orientação neoliberal. As marcas dessas políticas neoliberais têm sido a substituição dos órgãos estatais por organizações privadas e a constituição de instâncias de administração, intituladas arranjos institucionais de governança, que são, basicamente, espaços de interlocução do capital com o Estado, impondo a este último uma agenda de desenvolvimento de interesse privado.

Por meio dessas iniciativas, territórios inteiros se subordinam aos interesses do capital, especialmente por meio da atuação de associações empresariais ligadas ao Estado, cujo papel é a legitimação da expropriação pela implantação de políticas. Como exemplos, temos a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) e o Plano Clima, que têm como objetivo, segundo a Lei n.º 12.187/2009, a compatibilização do desenvolvimento com a proteção ambiental, a redução de emissões de gases do efeito estufa e a adaptação aos impactos climáticos (Brasil, 2009). Constituem-se, em geral, como políticas constituídas nos marcos da Economia Verde, cujo propósito é a expansão das relações capitalistas de produção. Em outras palavras, trata-se da imposição de determinada propriedade de caráter exclusivista, que impede a todos os demais o acesso aos bens privadamente apropriados, inclusive e sobretudo o acesso à natureza; processo potencializado pela mobilidade que lucra com a expansão generalizada dos negócios especulativos, permitindo a alienação à distância do patrimônio natural.

Trata-se de uma luta contra a economia natural, observada por Rosa Luxemburgo (1985), em que a atuação devastadora da expansão colonizadora do capital e da imposição de sua forma de propriedade levou e leva, nos dias atuais, a processos de aniquilação sistemática e planejada de organizações sociais não capitalistas, com as quais o capital entra em choque por meio do seu processo de expansão. Esse processo exige a defesa estatal das classes capitalistas e de sua forma de propriedade na busca pelo controle dos recursos sociais de produção. Com isso, as massas são continuamente desprovidas do acesso aos meios necessários à sua reprodução.

Ao analisar esse processo de luta do capital contra as sociedades de economia natural, Luxemburgo (1985) percebe que algumas formas de produção não colaboram com o processo de acumulação capitalista e, por isso, precisam ser absorvidas. Para a autora (Luxemburgo, 1985, p. 254):

Os objetivos econômicos que o capitalismo persegue em sua luta contra as sociedades de economia natural são, especificamente, os seguintes:

1. Apossar-se diretamente das principais fontes de forças produtivas, tais como terras, caças das florestas virgens, minérios, pedras preciosas e metais, produtos vegetais exóticos, como a borracha etc.
2. “Liberar” força de trabalho e submetê-la ao capital, para o trabalho;
3. Introduzir a economia mercantil;
4. Separar a economia do artesanato.

É nesse sentido que, atualmente, programas voltados à preservação, formulados por agências multilaterais e implantados pelo Governo brasileiro, funcionam na lógica econômica da expansão capitalista, identificada por Rosa Luxemburgo (1985) como o programa de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação florestal, em conjunto com as atividades adicionais de conservação e manejo sustentável das florestas (REDD+) e o Eco Invest Brasil. Estruturados na forma de investimento, esses programas trazem incentivos financeiros para impulsionar investimentos privados e atrair capital externo para projetos de longo prazo de recuperação florestal. Ao mesmo tempo, ofertam instrumentos de proteção contra a volatilidade do câmbio e garantias estatais contra os riscos do negócio. Dessa forma, objetivam oferecer condições para que projetos de monocultivo de árvores, de propriedade do grande capital, ocupem áreas de povos tradicionais e áreas adjacentes orientadas à expansão dos mercados de carbono.

Nesse sentido, na última década, programas formulados junto às agências multilaterais e às agências de crédito privado fortaleceram o negócio da preservação ecológica como política de combate ao aquecimento climático em áreas de povos tradicionais que, durante o processo de implantação, tornaram-se motivo de muitos conflitos. Assim, o Estado foi convocado a atuar na promoção de mecanismos de salvaguardas e novos regramentos, que autorizam a realização de projetos de REDD+ em terras públicas e em terras coletivas.

Grupos da ‘indústria da conservação’ – como The Nature Conservancy, WWF, Conservation International, consultores e auditores de projetos de REDD+, além de financiadores como o Banco Mundial, celebraram o reconhecimento formal do REDD+ no Acordo de Paris sobre Mudanças Climáticas, em dezembro de 2015. Há quase uma década, eles fazem lobby pela inclusão do REDD+ nos mercados globais de carbono estabelecidos pelo Protocolo de Quioto, da ONU. No entanto, para as comunidades afetadas por projetos e programas de REDD+, as notícias não têm dado motivos para comemoração (Boletim WRM 228, 2017, n. p.).

O Programa “Eco Invest Brasil” – iniciativa do Estado brasileiro – surge com o objetivo de criar mecanismos de securitização da moeda estrangeira que se destinam a investir no fundo

criado para financiar o programa. Seu propósito é oferecer garantias ao capital, reduzir riscos e atrair projetos de reflorestamento em áreas degradadas. Esse fundo foi constituído com apoio técnico do BID, parceiro estratégico na estruturação das linhas de crédito climático do Programa e da Embaixada do Reino Unido no Brasil, para combinar a atração de capital privado com “impacto socioambiental positivo” (Brasil, 2025).

O programa REDD+ é anunciado de maneira ideológica como um mecanismo internacional de financiamento para reduzir as emissões de gases de efeito estufa, resultantes do desmatamento e da degradação florestal em países em desenvolvimento. Contudo, o que o Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM) nos revela é que o programa se tornou uma política florestal internacional predominante e fundamentada em “Soluções Baseadas na Natureza”, bem como nos compromissos das empresas com o “Desmatamento Líquido Zero” (WRM Bulletin 274, 2025). Dessa maneira, várias empresas estão ampliando as monoculturas de árvores, agravando antigos conflitos por terra e ampliando a violência em territórios de povos tradicionais. Essas empresas não atuam realizando reflorestamento e recuperação de áreas degradadas, mas se apropriando do território pela promoção de monocultivos por meio de espécies florestais invasoras que destroem a floresta natural, inviabilizam a economia natural e rompem com o processo de transmissão de conhecimentos milenares conservados por essas sociedades, como fruto do intercâmbio orgânico com a natureza.

Por meio do funcionamento desses programas, o Estado brasileiro vem promovendo a usurpação do território e da natureza, ou seja, das condições de organização do trabalho, da colaboração, da cooperação, da cultura, da construção de conhecimentos para a produção e a reprodução da vida social.

Para além disso, as mudanças climáticas vêm sendo apresentadas à sociedade a partir de uma perspectiva hegemônica, atribuindo uma influência antrópica e utilizando-se do discurso catastrofista da emergência climática, com o intuito de sensibilizar a sociedade para a urgência de mudar como olhamos para a natureza. Aproveita-se para introjetar na consciência das pessoas a superioridade do mercado e a necessidade de converter a natureza em um dos seus artigos, visando salvá-la.

Assim, expande-se a economia mercantil para áreas de economia natural, por meio da promoção de mecanismos de precificação de funções da natureza, mercantilização e sua comercialização na forma de produtos especulativos comercializados em mercados financeiros. O Estado executa, de uma só forma, o processo de apropriação da natureza e do patrimônio social, convertendo-os em propriedade do capital.

A educação popular como alternativa contra-hegemônica

Diante do atual cenário de crises, não há como esperar uma reviravolta rompante, como um “cavalo de pau”, na trajetória conservadora que submete à sua lógica os currículos escolares e os métodos do ensino regular. É preciso identificarmos e aproveitarmos os nichos de resistência, construídos no interior das próprias comunidades segregadas nas periferias urbanas e nos rincões do mundo rural, os quais promovem, do seu jeito, a superação das dificuldades impostas pela acumulação violenta.

É a partir desses espaços que teríamos a oportunidade de visibilizar e de contribuir para o fortalecimento de experiências exitosas de educação popular, de organização do trabalho social e solidário, de mobilização e de luta permanentes, voltados para a construção livre e participativa de outros modos de vida.

Inverter a lógica do adestramento para o trabalho subordinado ao capital significa promover uma pedagogia da reflexão, do autorreconhecimento como sujeito histórico, do aprender a partir das percepções imediatas de como se é atingido pela acumulação predatória que predomina mundo afora, mas que, do mesmo modo, se expressa onde se vive e trabalha.

Brandão enfatiza que educação popular, dentre outros termos⁴, assume a perspectiva de uma pedagogia centrada no aprender, ou seja, “a passagem de uma educação fundada na transmissão direta e memorizável de conteúdos de ensino para uma educação reinventada através de processos ativos e participativos de co-criação do saber e de partilha do aprender” (Brandão, 1992, p. 97). O autor é enfático ao afirmar que, da mesma forma que a classe hegemônica se sustenta, utilizando-se, dentre outras, da educação bancária como uma importante ferramenta para a reprodução de um modo próprio de vida subalterna, as classes populares também operam por sistemas próprios de reprodução do saber popular. Esses sistemas implicam:

⁴ Educação humanista; pedagogia crítica; ensino centrado no aluno; educação permanente; educação libertadora; educação e direitos humanos; educação e desenvolvimento. Todos esses termos carregam a mesma perspectiva política da educação popular.

Não apenas em relações simples, como as de um pai lavrador com um filho aprendiz, mas também em redes e estruturas pedagógicas de que desconhecemos quase tudo [...]. Estes modos próprios de uma educação dos subalternos têm um teor político de que pouco se suspeita. Assim como a educação do sistema dominante possui o valor político dos serviços que presta aos que a controlam, enquanto ensina desigualmente aos que a recebem, assim também as formas próprias de educação do povo servem a ele como redes de resistência a uma plena invasão da educação e do saber – de fora da classe (Brandão, 1992, p. 79).

Em *A pedagogia da esperança* (1992), Paulo Freire identifica a linguagem como um caminho para a invenção da cidadania, como uma questão central da educação popular. Para ele, a educação popular tem a responsabilidade de “procurar, por meio da compreensão crítica de como se dão os conflitos sociais, ajudar no processo no qual a fraqueza dos oprimidos se vai tornando força capaz de transformar a força dos opressores em fraqueza” (Freire, 1992, n. p.). Sem negar a importância da técnica, o autor reitera a tarefa da educação popular progressista para com as classes trabalhadoras, destacando o perigo de reduzir os processos educativos ao treinamento técnico sob o risco de atender aos interesses da classe dominante. Logo, sentencia:

Na perspectiva progressista, naturalmente, a formação técnica é também uma prioridade, mas, a seu lado, há outra prioridade que não pode ser posta à margem: [...] a assunção de uma posição crítica, vigilante, indagadora, em face da tecnologia [...] o direito de saber como funciona sua sociedade, de conhecer seus direitos, seus deveres; de conhecer a história da classe operária; o papel dos movimentos populares na refeitura mais democrática da sociedade (Freire, 1992, n. p.).

Ao relacionarmos os princípios da educação popular defendidos por Brandão (1992) e Freire (1992) com o atual momento de crises, valemo-nos dos ensinamentos de Gomes (2022, n. p.), quando afirma:

É preciso compreender melhor o momento em que vivemos. Estamos numa era do desespero, em que a ganância capitalista encontra graves dificuldades de legitimação ante a crise econômica mundial, que se estende por mais de 5 décadas, exigindo a retomada, agora em larga escala, das marcas herdadas do antigo regime de acumulação violenta, aquele mesmo que vigorou no Antigo Regime Colonial. Ao contrário do que pregam as agências difusoras da propaganda em torno da Economia Verde, a ação efetiva do capital em crise sobre o meio ambiente está impondo a retomada da grilagem de terras, impondo a desregulação das normas de proteção ambiental e, também, de proteção social das comunidades tradicionais, continuamente expulsas das terras ancestrais, assim como das famílias segregadas nas favelas, ambas vítimas prioritárias do processo de genocídio em curso em várias partes do mundo.

De modo geral, concordamos com Gomes (2022, n. p.) que se trata de “uma questão de método, mas, não se trata apenas de propor uma forma alternativa de interpretar o mundo e, sim, de refletir sobre as condições objetivas de efetivamente transformá-lo, o que requer evitarmos as armadilhas que nos mantêm presos à mera contemplação”. Nesse sentido, acreditamos na educação popular como uma alternativa para a formação do ser humano novo.

Estamos tratando, nesse sentido, da pedagogia do ouvir. Em outros termos, referimo-nos à escuta ativa de quem busca organizar a luta coletiva a partir de bandeiras objetivas, vinculadas ao cotidiano da comunidade em que vive. Essas pessoas são diversas e resistem secularmente, e, ademais, contribuem no processo de construção de conhecimentos sobre sua própria existência na atualidade de crises.

É preciso, inclusive, aproveitar o acúmulo de saberes emancipatórios desses povos em luta permanente. O pressuposto seria, assim, o nosso engajamento nessas lutas, descendo do pedestal do monopólio do conhecimento científico e de seus métodos formais, rasgando o *véu do templo* que nos separa de quem se dispõe a aprender, se queremos de fato participar da educação popular.

É a partir da visibilidade e do fortalecimento das experiências vividas nas lutas dos povos que nascerão os verdadeiros processos emancipatórios, os efetivos planos de superação da ordem e de construção de um mundo diferente. Precisamos aprender com as práticas na resolução de problemas do cotidiano dos povos tradicionais, difundindo formas mais humanas de sua organização do trabalho, de proteção da natureza e de organização da luta pela reprodução de seus modos de vida e de sua cultura milenar. Da mesma forma, devemos absorver os conhecimentos acumulados na luta cotidiana por quem resiste bravamente à violência policial e paramilitar nas comunidades segregadas das favelas urbanas e nas áreas rurais.

Considerações finais

Retomando o início de nossa argumentação, há mesmo uma grande dificuldade em acompanhar e compreender a complexidade dos fenômenos que marcam tão violentamente o nosso cotidiano de crises. Nossa proposição tem sido, de um lado, recuperar as contribuições clássicas que nos orientam a pensar criticamente, a construir permanentemente os conhecimentos teóricos e históricos que nos permitem interpretar as mutações ocorridas no movimento do capital, bem como as formas que as crises impõem alterações nas relações do Estado capitalista para cumprir suas funções de acumulação e de legitimação social. De outro lado, propomos a recuperação do papel da educação popular como instrumento fundamental na

produção de conhecimentos sobre a complexidade das crises e na difusão dialógica de como suas consequências atingem diretamente o cotidiano das comunidades segregadas.

Devemos abolir a ideia de “levar conhecimento a alguém”. Outrossim, precisamos aprender a escutar ativamente os estratos sociais mais atingidos pela ordem do desespero, para entender como acumularam conhecimento sobre si, em todo o seu percurso histórico de resistência e de mobilização por garantia de seus modos de vida. Somente a partir daí poderemos intercambiar nossos saberes, em busca da interação necessária aos processos de mudanças efetivas.

Referências

BOLETIM WRM 228. O acordo de Paris sobre mudanças climáticas: promoção de plantações de árvores e abrindo o mercado de carbono da ONU a REDD+. **WRM**, 2017. Disponível em: <https://www.wrm.org.uy/pt/boletins/nro-228>. Acesso em: 16 ago. 2025.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

BRASIL. **Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009**. Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências. Brasília, DF, 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/12187.htm. Acesso em: 6 mar. 2026.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA. Plano clima. **Gov.br**, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/composicao/smc/plano-clima>. Acesso em: 14 ago. 2025.

CHOSSUDOVSKY, M. **A globalização da pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial**. São Paulo: Moderna, 1999.

FONTES, V. Sobre o Estado, o capitalismo e a luta de classes. *In*: FONTES, V. (org.). **Capital-Imperialismo, dominação, e luta de classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2025. p. 33-146.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1992.

GOMES, H. A ideologia do antropoceno. **Olhar Crítico**, 2022. Disponível em: <http://www.comunicadigital.com.br/artigo?p=43>. Acesso em: 14 ago. 2025.

LÊNIN, V. I. **O imperialismo: etapa superior do capitalismo**. Campinas: FE/UNICAMP, 2011.

LUXEMBURGO, R. **A acumulação do capital**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política – livro I**. São Paulo: Boitempo, 2013.

PATNAIK, P. Mais uma vez sobre minérios e imperialismo. **Resistir.info**, 2025. Disponível em: https://resistir.info/patnaik/patnaik_27jul25.html. Acesso em: 16 ago. 2025.

WRM BULLETIN 274. Degrading instead of recovering territories: plantations for the carbon market in the Colombian Orinoquia. **WRM**, 2025. Disponível em: <https://www.wrm.org.uy/bulletin-articles/degrading-instead-of-recovering-territories-plantations-for-the-carbon-market-in-the-colombian-orinoquia>. Acesso em: 14 ago. 2025.